

# Destruição de palmeiras ameaça a fauna

Fotos Agliberto Lima/AE

**A juçara praticamente desapareceu da mata atlântica, tirando alimento de animais**

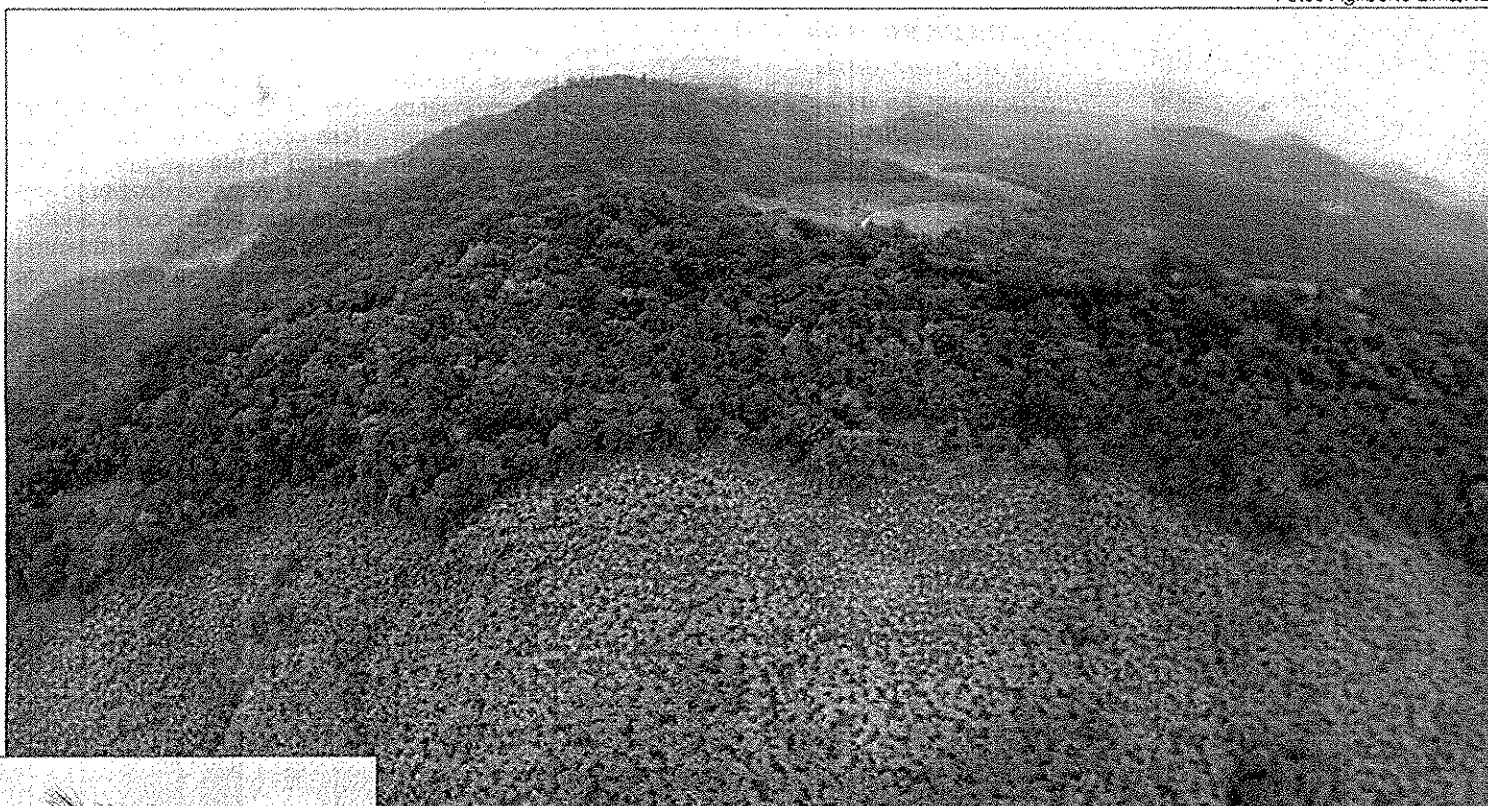
OSÉ MARIA TOMAZELA

**S**OROCABA – A palmeira juçara, nome popular da *Euterpe edulis*, está à beira da extinção na área de 1,4 milhão de hectares de mata atlântica que resta em São Paulo. Produtora do mais saboroso palmito brasileiro, a espécie só resiste à ação dos palmiteiros nos grotes inacessíveis e nos locais sob intensa vigilância dos parques estaduais. O desaparecimento da planta, típica dessa floresta, pode representar o fim da fauna que se sustenta dos frutos e do palmito, como pássaros e mamíferos. Só um desses parques, o Carlos Botelho, de 37 mil hectares, tem 220 espécies de aves, como jacutinga, papagaio-da-caramarela e tucano, e abriga 70% dos monos-carvoeiros do País – cerca de 800 indivíduos. Também moram ali espécies em extinção, como onça-parda, onça-pintada, jaguatirica, cachorro-do-mato e anta.

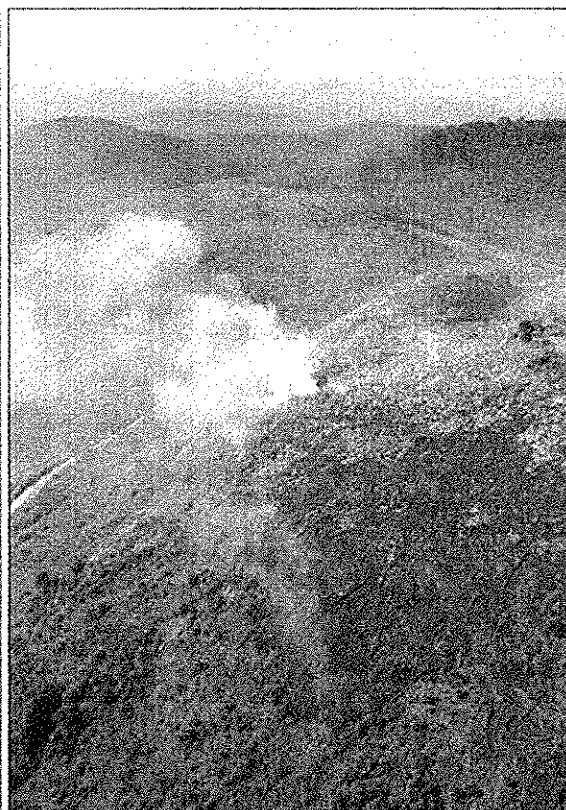
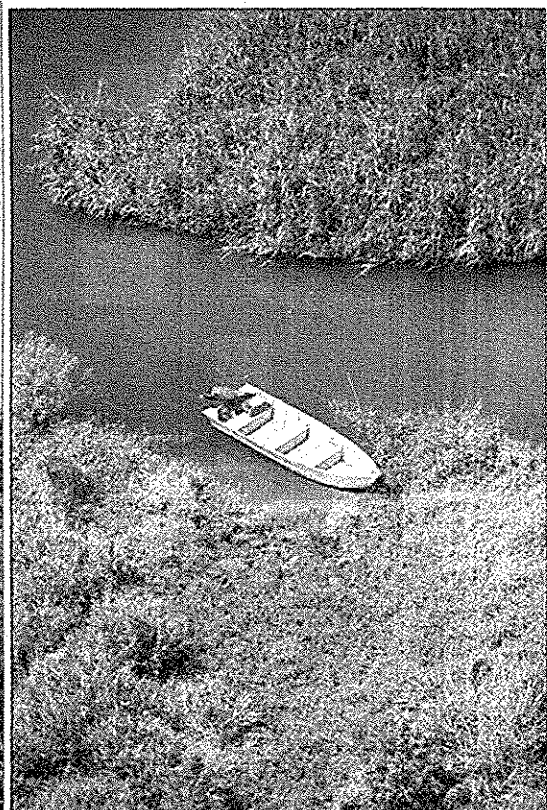
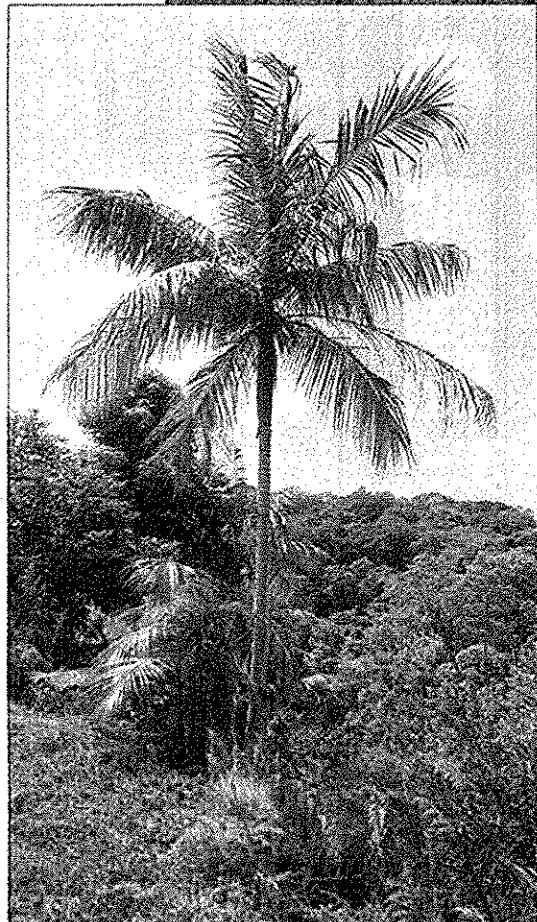
A caça indiscriminada à palmeira – quase 600 toneladas de palmito são retiradas clandestinamente da mata todo ano – tem tornado mais frequentes os conflitos entre palmiteiros e guardas-parques na área. Em fevereiro, um palmiteiro foi morto por um dos vigias do Parque Estadual Intervales, em Sete Barras, no Vale do Ribeira, enquanto transportava 34 toras da palmeira. O funcionário e os três colegas que o acompanhavam receberam ameaças de morte (veja ao lado).

A reportagem do Estado sobrevoou o litoral sul de São Paulo e o Vale do Ribeira, onde fica 80% da mata atlântica do Estado, na companhia de um especialista em palmito-juçara, Marcos Malta Migliano, de São Paulo. Fora das grotas, as palmeiras só continuam abundantes nas rotas de fiscalização dos parques e nos projetos particulares de manejo em que há vigilância.

**Ameaça** – Sobrevoando os parques do Vale do Ribeira, o primeiro impacto é o da riqueza da floresta. Mas aos poucos se percebe por que esse é um dos ecossistemas mais ameaçados do mundo. Nos limites do Carlos Botelho, a mais protegida unidade de conservação, há uma centena de casas espalhadas por uma grande área quase sem vegetação, no Bairro Rio Preto, em Sete Barras. “O bairro inteiro vive da extração de palmito, mas aqui só tem juçara no interior do parque”, diz Migliano. Ele identifica os limites da área protegida e observa que, mesmo dentro do parque, a palmeira é escassa. Não demora para descobrir uma fábrica clandestina, ao lado de um canal do



Trcheo da mata atlântica no sul de São Paulo: um dos ecossistemas mais ameaçados do mundo



Em sentido horário: a palmeira juçara, barco usado para transportar palmito, queimada para cultivo, o especialista Migliano e rancho de palmiteiro

Rio Preto. “É por ali que chegam os barcos com o palmito cortado.” Cada casebre tem seu barco, mesmo os distantes da água. É o meio de transporte do palmito clandestino. As estradas são mais visadas pela Polícia Florestal.

O Carlos Botelho tem a maior densidade de palmitos no Estado. As palmeiras espalham-se pelos grotes formados pelo Rio Ipiranga e são abundantes ao longo da SP-139, estrada de terra que corta o parque, vigiada por guardas e pela Polícia Florestal. Na região da Cachoeira Alta, os palmitos já são mais finos, observa Migliano. Próximo do bairro, as palmeiras sumiram.

No Parque Estadual de Jurupará, não há palmito. As represas do Jurupará, Cachoeira do França e Cachoeira da Fumaça foram usadas para escoar, de barco, as toras cortadas clandestinamente. “Sobraram só palmeiras pobres, como o indaiá”, diz Migliano. A Polícia Florestal

de Sorocaba, que atua na região, apreendeu no ano passado 21 mil toras cortadas.

**Vigilância** – Ainda existem boas concentrações de palmeiras nos 49 mil hectares do Parque Estadual de Intervales. “Estão em áreas de encosta, de acesso difícil, ou nos pontos mais vigiados”, observa Migliano. A área de mata atlântica segue no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (Petar), de 36 mil hectares, preservados, mas quase sem palmito. No Parque de Jacupiranga, com 150 mil hectares, não se vê a palmeira mesmo em áreas montanhosas.

O Parque da Serra do Mar, maior reserva de mata atlântica do Estado, com 315 mil hectares, quase não tem palmito. Na Estação Ecológica de Juréia-Itatins, com 59 mil hectares, as palmeiras estão nas encostas do maciço da Juréia.

Nas margens do Rio Ribeira de Iguape, a juçara está extinta. A exceção é uma fazenda onde a família Bonfiglioli realiza projeto de manejo sustentado. “Mas a área está sendo invadida”, afirma Migliano.

Ele aponta os carregadores que levam o produto até o Rio da Aldeia, por onde é escoado em barcos. O palmito é embalado em casas de caixas que funcionam como fábricas clandestinas. “Usam água tirada dos rios, sem a mínima higiene.” O

risco é o botulismo, doença fatal causada por uma bactéria.

Para Migliano, só é possível repovoar as matas se houver interesse econômico. Segundo a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, com a crise nas culturas de banana e do chá, a exploração da palmeira tornou-se meio de vida de boa parte da população e passou a ser feita de modo predatório. Além do manejo sustentado da juçara para produção de palmito, ele acredita que a retirada da polpa dos coqueiros pode ser uma alternativa. “O suco é semelhante ao do açaí.” As sementes despolidas seriam devolvidas à natureza. Cada matriz adulta produz até quatro cachos, podendo render R\$ 8 mil em polpa.

A secretaria informou que tem aprovado projetos de manejo sustentado para possibilitar a extração sem risco de destruir a mata. Estão sendo realizados também projetos de replantio do palmito em áreas próximas dos parques. O próprio Migliano desenvolve há seis anos um projeto de manejo sustentado do palmiteiro em Sete Barras.

**Destruição** – São Paulo chegou a ter 81,8% da sua área aberta de vegetação, em sua maioria mata atlântica. No início dos anos 90, segundo a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a cobertura não passava

de 1,7 milhão de hectares, ou 7,16% do que existiu. Dados da secretaria indicam que o ritmo de destruição tem sido de 12% ao ano. Mais de 50% do que sobrou está nos parques estaduais e unidades de conservação.

Em São Paulo, além da extração de palmito, há o desmatamento para culturas, pastagens, mineração e loteamentos clandestinos. No sobrevôo, notam-se lareiras recentemente abertas para cultivo de banana ou formação de pastagem. Em morros no Ribeirão da Serra, em Sete Barras, há restos de matas incineradas. No Carlos Botelho há uma clareira aberta provavelmente para se fazer um rancho. “É coisa de palmiteiro. Eles limpam a área para ver quem chega”, garante Migliano.

Mais próximo de Juquiá, proliferam chácaras com piscina no meio da floresta. As margens do Rio Ribeira de Iguape estão devastadas. No litoral, os caxetais estão degradados. A caxeta é usada na confecção de embalagens para banana.

Entre Itanhaém e Peruibe, há vários loteamentos clandestinos. Matas do Parque Estadual da Serra do Mar são abatidas para o cultivo de banana.

Apesar disso, a SOS Mata Atlântica, uma das principais entidades ambientalistas de São Paulo, está otimista. “Nosso levantamento indica que houve um aumento de mata nos últimos anos, em São Paulo e no Paraná, em razão da recuperação de áreas degradadas”, afirma a coordenadora de projetos, Malu Ribeiro.

**Tensão crescente na área já afeta estudos científicos**

**Pesquisadores têm de vincular seu trabalho à presença de policiais florestais**

LIANA JOHN

**D**esde a morte do palmiteiro Odair Alves de Souza, no dia 17 de fevereiro, em confronto com fiscais, foram retirados os vigias permanentes de três postos do Parque Estadual Intervales e suspensas as pesquisas em andamento na área.

Os palmiteiros, que moram nas imediações do parque, juraram de morte o vigia José Vieira, autor do disparo contra Odair, pego em flagrante com 34 toras de palmito roubado da unidade de conservação. O clima ainda é tenso. O carro da Fundação Florestal, que administra o parque, foi apedrejado na semana passada. Há notícias de corte dos palmitos até no entorno dos postos de vigia evacuados.

No ano passado, a 2.ª Companhia da Polícia Florestal e de Mananciais de Registro apreendeu, na região de Sete Barras, 20.745 toras e 4.413 vidros de palmito retirados ilegalmente. Cada tora equivale a uma árvore derrubada e cada vidro pode ter mais de um palmito, se a tora for pequena.

“Deslocamos os vigias permanentes da área de conflito, mas a fiscalização continua, diariamente, com a Polícia Florestal”, garante Roberto Fernandes, diretor-executivo da Fundação Florestal. “O clima de guerra já está sob controle, mas a situação ainda não foi nem será resolvida apenas com fiscalização, mas com alternativas econômicas para as populações das imediações, aliadas à educação do consumidor (para não comprar palmito ilegal).”

**Sem dados** – Segundo Fernandes, a proteção dos 49 mil hectares de Intervales hoje depende de apenas 9 vigias, quando, no passado, eram 40. A permanência de pesquisadores na área não foi oficialmente suspensa, mas condicionada à difícil coincidência de seus períodos de estudo com a permanência dos policiais florestais na área. Na prática, os estudos de fauna e flora foram interrompidos, por falta de segurança. Como a situação de risco já dura quase dois meses, alguns projetos começam a ser seriamente prejudicados.

O problema afeta pesquisas de médio prazo, como a de fenologia da mata atlântica, que já ocorre há cinco anos e ainda teria mais dois meses de conclusão. Fenologia é o estudo da relação entre os processos biológicos das plantas (brotação, floração, frutificação) e o clima. Nesse caso, 147 espécies de árvores estão sendo observadas e um período sem dados compromete os resultados globais.

**Mudanças** – Também foram interrompidas duas teses (mestrado e doutorado) de alunos da Universidade Estadual Paulista (Unesp), com cerca de um ano de coletas já feitas. Os estudos de fenologia de sub-bosque e ecologia de comunidades arbóreas terão de recomençar em outra localidade. Uma pesquisa sobre morcegos e outra sobre a regeneração das plantas nativas da mata atlântica, com financiamentos e bolsas já aprovados, também mudarão de área.

A dificuldade adicional dos pesquisadores prejudicados é que no Estado de São Paulo já não existem matas tão preservadas como a de Saibadela, que até alguns anos atrás estava completamente protegida pelo isolamento, sem estradas de acesso ou grandes pressões humanas. Mesmo em Intervales, no alto da serra, onde se localiza a sede, as matas estão mais alteradas e não têm a riqueza biológica da vegetação da baixada. A diferença de altura das árvores, nas duas áreas, chega a ser de 15 metros.

**RITMO DE DEVASTAÇÃO TEM SIDO DE 12% AO ANO**